

**BRUNO
MANUEL
CORTES
LOPES**

Digitally signed by BRUNO MANUEL CORTES
LOPES
DN: c=PT, o=EPAL - EMPRESA PORTUGUESA
DAS AGUAS LIVRES, S.A.,
2.5.4.97=JA1PTT-500006840, ou=Certificate
Profile - Qualified Certificate - Representative,
ou=Terms of use at <https://www.digitalign.pt/>,
EC/DIGITALSIGN/psa, ou=Entitlement - ASSINAR
EM PLATAFORMAS ELECTRONICAS DE
CONTRATACAO, ou=Obj 1 - COM PODERES
PARA VINCULAR A ENTIDADE,
email=blopes@adp.pt,
serialNumber=PKOPT-10524375, y=CORTES
LOPES, givenName=BRUNO MANUEL,
cn=BRUNO MANUEL CORTES LOPES
Date: 2020.02.04 09:32:51 Z

**PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
DESTINADO À CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS
DE “AQUISIÇÃO DE DETETORES DE GASES PORTÁTEIS E EQUIPAMENTOS CONEXOS E
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR LOTES”**

PROC. REF.^a BV/2544/2018

Artigo 1.º - OBJETO

- I. O presente concurso destina-se à celebração de contratos de “Aquisição de detetores de gases portáteis e equipamentos conexos e aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva por lotes”, para a Empresa Portuguesa das Águas Livres – EPAL, e para a Águas do Vale do Tejo – AdVT, nos termos melhor definidos infra, no caderno de encargos e respetivos anexos e na lista dos preços unitários, **correspondendo um contrato a cada um dos seguintes lotes:**
 - I.1 **LOTE A (EPAL)** –, que inclui:
 - a) Aquisição de detetores de gases portáteis, e equipamentos conexos;
 - b) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos detetores de gases portáteis já existentes e/ ou a adquirir e/ou que passem a ser propriedade da EPAL/AdVT (ex. provenientes de empreitadas);
 - I.2 **LOTE B (AdVT)** –, que inclui:
 - a) Aquisição de detetores de gases portáteis, e equipamentos conexos;
 - b) Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos detetores de gases portáteis já existentes e/ ou a adquirir e/ou que passem a ser propriedade da EPAL/AdVT (ex. provenientes de empreitadas);
2. Com a celebração dos referidos contratos pretende-se assegurar a funcionalidade dos detetores de gases portáteis já existentes na EPAL e na AdVT e adquirir novos, de forma a garantir a segurança no trabalho nas tarefas que envolvam trabalhos na presença de gases tóxicos e/ ou inflamáveis, assegurando desta forma o cumprimento da legislação em vigor.
3. As quantidades que são apresentadas pelas entidades adjudicantes na Lista de Preços Unitários (Anexo II ao Programa), possuem natureza meramente indicativa (**estimativas**) , da quantidade de manutenções a realizar e bens a fornecer, para o período de 3 (três) anos. Resultam de uma estimativa efetuada pelas entidades adjudicantes, tendo por base o histórico dos últimos anos e não vinculam as entidades adjudicantes a qualquer obrigação de solicitar de solicitar as mesmas.
4. **Os interessados deverão apresentar proposta individual para cada um dos referidos Lotes (A e B), NÃO sendo obrigatória a apresentação de proposta para ambos os lotes.**

Artigo 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE, DECISÃO DE CONTRATAR E OUTRAS MATÉRIAS RELEVANTES

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do conselho de administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (doravante denominada por “**EPAL**”), enquanto entidade adjudicante, em seu nome e, no âmbito dos poderes que lhe foram conferidos artigos 11.º e 12.º do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de maio, em representação da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), com sede na Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, R/c, 6300-693 Guarda, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 513606130, na qualidade de entidade adjudicante, em 22 de janeiro de 2020, e com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:
 - Telefone: +351 218552214
 - Correio eletrónico: logistica.epal@adp.pt
 - Website oficial: www.epal.pt ou www.advt.pt
 - Plataforma eletrónica de contratação utilizada: Plataforma eletrónica de contratação utilizada: acingov.pt (doravante denominada por “**plataforma eletrónica**”)
2. Os interessados e concorrentes devem disponibilizar as comunicações destinadas à entidade adjudicante e ao júri do procedimento, no âmbito do procedimento, na plataforma eletrónica.

Artigo 3.º - JÚRI DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) suplentes, designados pela entidade adjudicante.
2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização das audiências prévias dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

Artigo 4.º - CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

1. As peças do concurso podem ser consultadas desde a data de publicação do respetivo anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, estando integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, mediante indicações constantes da mesma.
3. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças:
 - a) O presente Programa do Concurso;
 - b) O Caderno de Encargos;
 - c) O anúncio do procedimento.

Artigo 5.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO CONCURSO

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, isto é, até às 18:00 horas do dia 11/02/2020, os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e a interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, caso existam, nos termos do art.º 50.º do CCP, os quais devem ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas, isto é, até às 18:00 do dia 18/02/2020, o júri deve prestar os esclarecimentos solicitados assim como o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados.
3. A resposta aos pedidos de esclarecimento e/ou aos erros e omissões que tenha lugar após a data prevista no n.º 2, desde que tenha sido observado o prazo previsto no n.º

I, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3, consideram-se rejeitados todos os erros e omissões que não tenham sido objeto de pronúncia pela Entidade Adjudicante até à data prevista no n.º 2, caso até ao final desse prazo não tenha sido dada informação da intenção de ser emitida resposta expressa.

Artigo 6.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- I. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Declaração do concorrente em conformidade com o modelo constante do **Anexo I ao Código dos Contratos Públicos**;
 - I.2. Documentos que, em função do objeto dos contratos a celebrar e dos aspetos da sua execução **submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - a) Proposta de Preço, por lote (indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso), que não deve incluir o IVA, conforme **Anexo I ao presente Programa**;
 - b) Lista dos Preços Unitários, por lote (em formato “.pdf”) elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo II ao presente Programa**;
 - I.3. Documentos que contenham os termos ou as condições relativos a aspetos da execução do contrato **não submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:
 - a) Memória descritiva e justificativa do modo de execução dos serviços, por lote. O concorrente especificará os aspetos técnicos da mesma, onde conste no mínimo:
 - I. Metodologia/ procedimentos a empregar no desenvolvimento dos serviços a prestar;
 - II. Meios Humanos e materiais a afetar à Prestação de Serviços, os quais têm que cumprir com o disposto no **Anexo IV do Caderno de Encargos**;
 - b) Características técnicas dos equipamentos a fornecer a qual deve cumprir os requisitos e especificações técnicas constantes **Anexo IV do Caderno de Encargos**.

- I.4. Documento onde o concorrente indique os serviços ou trabalhos que pretende subcontratar, identificando qual ou quais a(s) entidade(s) a subcontratar (aplicável apenas quando o concorrente/adjudicatário pretenda recorrer à subcontratação);
- I.5. Outros documentos necessários e devidos nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente documento que relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura.
2. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos não podem ser redigidos em língua estrangeira.
 3. Quando, pela sua natureza ou origem, os documentos das propostas estiverem redigidos em língua estrangeira, os mesmos devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
 4. No caso de o concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, deverá ser apresentada declaração conforme modelo apresentado no **Anexo III deste Programa** do Concurso (Acordo – Promessa de Constituição).
 5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados de acordo com o n.º5 do art. 57.º do CCP.
 6. No que se refere aos documentos solicitados no presente artigo a formatação e apresentação dos mesmos na plataforma eletrónica poderá ser efetuada da seguinte forma:
 - 6.1. Pasta compactada em formato.zip com a identificação da empresa concorrente. Nela deverão estar contidos todos os documentos solicitados no presente artigo com a seguinte identificação: (ex: *modelo de proposta.pdf*);
 - Ou
 - 6.2. Ficheiro único (em formato.pdf) contendo todos os documentos solicitados no presente artigo.

Artigo 7.º - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º - PREÇO BASE

- I. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar (**preço base**), para o conjunto dos 2 (dois) Lotes é de **185.000,00€** (cento e oitenta e cinco mil euros), acrescido do

Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido a que correspondem os seguintes preços base para cada Lote:

- a. **Lote A (EPAL) - 74.000,00€** (sessenta e quatro mil euros) para os 36 meses, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;
 - b. **Lote B (AdVT) - 111.000,00€** (cento e onze mil euros) para os 36 meses, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;
2. Os preços base indicados nos números anteriores reportam-se ao período máximo de duração dos contratos de 36 (trinta e seis) meses.

Artigo 9.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica.
2. Independentemente do formato ou da forma (zip., rar., pdf., tif., etc...) como são apresentados os documentos eletrónicos, o carregamento e a assinatura eletrónica dos documentos (de cada documento individualmente) devem ser efetuados mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos e de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 10.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos que as constituem devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica referida no art.º 2, **até às 18:00 do dia 24/02/2020**.

Artigo 11.º - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 12.º - CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

1. A adjudicação será efetuada, **por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço.**

2. Em caso de 2 (duas) ou mais propostas obterem o mesmo resultado/pontuação final, estabelece-se que a ordenação de propostas terá como critérios de desempate, os seguintes critérios sucessivos:
 - a. Em caso de empate será adjudicada a proposta que apresentar a melhor avaliação do preço total para a componente de aquisição de detetores de gases (itens 10, 11 e 12 – LPU EPAL e 13, 14, 15, 16 e 17, – LPU AdVT) constante da LPU (lista dos preços unitários) do Anexo II do Programa do Concurso.
 - b. Se após aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio, com convite à presença dos representantes das entidades que apresentem as propostas empatadas, mediante prévia convocatória, escrita, por parte da entidade adjudicante.

Artigo 13.º

RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL

1. O júri elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo 12.º.
2. No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do concurso, que fixa prazo para pronúncia dos concorrentes, não inferior a 5 (cinco) dias úteis.
4. O relatório referido no número anterior será disponibilizado na plataforma eletrónica.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 14.º - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação, **por Lotes** da proposta hierarquizada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo 12.º.

Artigo 15.º - NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas e com a minuta dos contratos a celebrar, através da plataforma eletrónica.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no âmbito de cada Lote, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos devidos em Portugal ou no Estado Nacional;
 - c) Certificado do registo criminal do concorrente individual ou dos titulares do órgão de gestão/administração em efetividade de funções bem como da própria pessoa coletiva;
 - d) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamentos, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade referida no artigo 17.º;
 - e) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;
 - f) Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente.
3. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo adjudicatário, através da plataforma eletrónica, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na referida plataforma.
4. Após análise dos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, e verificando-se existirem irregularidades ou omissões passíveis de serem sanadas, os serviços da Entidade Adjudicante concederão um prazo adicional de até 10 (dez) dias úteis para o adequado suprimimento das mesmas.

Artigo 16.º - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta de cada um dos contratos a celebrar será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. Após a aceitação das minutas do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração ou comunica o prazo para outorga e remessa do contrato no caso de assinatura por meios eletrónicos.

Artigo 17.º - MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 18.º - DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 19.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Anexos:

Anexo I - Proposta de Preço

Anexo II - Lista dos Preços Unitários (por lote)

Anexo III - Modelo de acordo - promessa de constituição

ANEXO I – Lote___ (Indicar o lote)
Modelo de Proposta de Preço
PROPOSTA DE PREÇO

F_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____[qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público Refª **BV/2544/2018** para celebração do contrato “Aquisição de detetores de gases portáteis e equipamentos conexos e aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por lotes”, a que se refere o anúncio datado de [data da publicação do anúncio em *Diário da República*], declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a fornecer todos os bens e executar todos os serviços, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço máximo¹ de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara(m) que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ...

Assinatura(s)²...

¹ O preço a indicar deve ser o preço para o período total máximo de duração do contrato, incluindo eventuais renovações (36 meses).

² Assinatura(s) nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

Modelo da lista dos preços unitários (por lote)
(a apresentação desta lista deverá ser efetuada em formato. pdf)

(constante de ficheiro (excel) em anexo)

Nota: As quantidades que são apresentadas na LPU são **quantidades estimadas**.
Resultam de uma estimativa efetuada pelas entidades adjudicantes, tendo por base o histórico dos últimos anos e não vinculam as entidades adjudicantes a qualquer obrigação de solicitar as mesmas.

ANEXO III

Modelo de acordo - promessa de constituição

(a que se refere o n.º 4 do artigo 6.º do Programa)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo do Concurso para o _____ e nos termos do número 4 do artigo 6.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio perante a EPAL/AdVT, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a EPAL/AdVT responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da EPAL/AdVT a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.